



GT – GT01: Agronegócio globalizado, urbanização e reestruturação urbano-regional e das cidades

Ariel García
CEUR-CONICET / UBA
arielgarcia@conicet.gov.ar

Bruna Guterman
PPGAU-UFF
bruna.guterman@gmail.com

Fernanda Sánchez García
PPGAU-UFF
fsanchez@id.uff.br

GRAMÁTICAS TERRITORIAIS E TRAMAS DE VALOR:

Iniciativas na Argentina e no Brasil no início da década de 2020

RESUMO:

As formas de organização dos sujeitos subalternos são variadas dependendo das gramáticas territoriais que constroem, em cenários não planejados. Esta pesquisa explora duas experiências na Argentina e no Brasil no início da década de 2020: Rede de Alimentos Cooperativos, com sede em Buenos Aires; Armazém do Campo (MST) e Projeto Agroecológico em Vargens no Rio de Janeiro. O artigo está organizado em quatro seções: a primeira discute a noção de gramática territorial, a segunda e a terceira desenvolvem a aproximação aos casos e, por último, as considerações finais. Experiências como as aqui apresentadas demonstram que as demandas sociais por alimentos saudáveis podem ser resolvidas por meio da organização popular. São estratégias que constroem gramáticas territoriais próprias, historicamente situadas, de formas solidárias de reprodução da vida.

Palavras-chave: Gramáticas territoriais, agroecologia, economia solidária

1. INTRODUÇÃO

As formas de organização dos sujeitos subalternos são variadas dependendo das gramáticas territoriais que constroem, em cenários não planejados. Dessa forma, a ação e a reação se desdobram a partir de regras, discutindo-as, subvertendo-as e reinventando-as. Partindo dessa premissa, esta pesquisa explora duas experiências abordadas na Argentina e no Brasil no início da década de 2020: os casos do Armazém do Campo (MST) e Projeto Agroecológico em Vargens no Rio de Janeiro e o caso da Rede de Alimentos Cooperativos, com sede em Buenos Aires.

Este artigo está organizado em quatro seções. Aqui apresentamos alguns aspectos relacionados à noção de gramática territorial. Na segunda, desenvolvemos o caso da “Rede de Alimentos Cooperativos” da Argentina. Na terceira são apresentadas duas experiências cariocas: Armazém do Campo (MST) e Projeto Agroecológico em Vargens. Por fim, fazemos algumas reflexões finais.

São iniciativas que permitem refletir sobre as condições e limitações da expansão e consolidação de redes, nas quais a produção de valor pode ser realizada a partir de lógicas comerciais não capitalistas. O valor econômico envolve um conjunto de experiências que se articulam entre pares, horizontalmente. Porém, para que esse vínculo adquira relativa estabilidade e alcance a sustentabilidade socioeconômica - ou seja, supõe uma gramática territorial insurgente - ele também está vinculado verticalmente aos fornecedores de insumos e aos consumidores e compradores, bem como diagonalmente, a partir da interação com a assistência técnica serviços (colaboração que permite consolidar processos de inovação e replicação de inovações organizacionais) e assistência financeira (baseada em finanças bancárias e não bancárias). Este entrelaçamento poderá resultar num maior valor econômico acrescentado, por trabalhador, por empresa. Esta articulação diagonal pode ser entendida como um quadro institucional, que envolve relações entre diferentes órgãos de organizações estatais e também da sociedade civil organizada, em diferentes formatos associativos.

Os movimentos continuam a contar com o dispositivo internet (espaço dos fluxos), mas fazem dos espaços urbanos (espaço dos lugares) os lugares eleitos para construir a expressividade política da narrativa espacial. A importância de ver e ser visto nos espaços

“luminosos”, e também nos opacos, faz surgir novas dinâmicas territoriais da resistência, elegendo espaços e combinando diferentes ocupações. O aprendizado e a inspiração dos movimentos em rede de 2013 foram assimilados e ressignificados para a realidade carioca. As estratégias territoriais dos movimentos dos coletivos analisados mostram uma “fluidez” maior do que as praticadas pela multidão de 2013, ou seja, os grandes espaços públicos eleitos em 2013 para as manifestações ainda são arenas de luta, porém, outros espaços e estratégias de atuação foram acionados. Com Harvey pensamos que “o poder coletivo dos corpos no espaço público ainda é o instrumento mais eficaz de oposição” (2014, p.281), ou seja, os movimentos dos coletivos de resistência da “Cidade Maravilhosa que luta” se apropriam, seja por meio de ocupações, manifestações (artísticas, políticas, sociais) ou imobilidades (HAESBAERT, 2023) dos espaços da cidade, eleitos pelos coletivos como aqueles com maior potencial disruptivo, e muitas vezes combinando escalas de ação em diferentes espaços. Essa “escolha” de como, onde e quando agir é o que reconhecemos, basicamente, como gramática territorial”. (GUTERMAN, 2017, p. 152)

A palavra gramática promove, a princípio, uma ideia de rigidez, de modelo legitimado, de ordem e hierarquia, pois remete às normas de escrita da língua culta. Entretanto, o conceito de gramática que estamos construindo, apesar de trazer essa ideia de regras estabelecidas, traz o reconhecimento de padrões alternativos, construídos por oposição àqueles vigentes, que tenham sido elaborados para subverter, desconstruir e desafiar as “regras” espaciais e ordens impostas por atores hegemônicos. As novas gramáticas propostas por grupos insurgentes manifestam, no espaço, a subversão de códigos de distinção e classe (BOURDIEU, 2007, p.164) inscrevendo ações que desafiam as ideias, classistas, do “ponha-se no seu lugar”, “lugar de rico” e “lugar de pobre”, sínteses de códigos estabelecidos na história social urbana. Milton Santos no seu livro “A natureza do espaço” traz o conceito de “ato”, que basicamente se caracteriza por comportamento orientado; ele ocorre em situações específicas; normativamente regulado; e envolve esforço ou motivação. Salienta que “ato” é um comportamento orientado “para atingir fins ou objetivos”: a ação é a execução de um ato projetado e o sentido da ação é o correspondente do ato projetado. O ato supõe uma situação sobre a qual se projeta a ação. Esta, é um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do meio. Um dos resultados da ação é, pois, alterar, modificar a situação em que se insere. (SANTOS, 1999, p.78). Podemos pensar em gramática como uma

ação, e como tal, um processo ordenado e dotado de propósito, com agentes que modificam algo enquanto reconstróem a si mesmos. Uma ação é subordinada a normas (escritas ou não), com o desprendimento de energias e o que move essas ações está baseado em princípios (técnicas do corpo, técnicas de inteligências). “Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor. Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação”. (op cit, 1999, p.80). Além do espaço em seu valor ativo para a ação, a corporeidade também passa a ser instrumento fundamental. Essa é uma noção importante no processo de construção do conceito da gramática territorial. O ato traz a ideia de ação, processo, e para ser colocado em prática no espaço também traz a relação intencional (GUTERMAN, 2017, p. 163-164).

2. EXPERIÊNCIA DA “RED DE ALIMENTOS COOPERATIVOS”: DEMOCRATIZANDO O ACESSO A ALIMENTOS SAUDÁVEIS A PREÇOS JUSTOS

As formas de comercialização na Argentina no primeiro quartel do século XXI são diversas. Em geral, estruturam-se em torno de empresas de comércio atacadista e varejista, que são influenciadas por um processo de concentração econômica produzido em diferentes ramos de atividade. Neste cenário, a comercialização de alimentos para o mercado interno não tem sido exceção. Entre as principais vítimas deste processo estão os produtores da agricultura familiar, as pequenas e médias empresas de alimentos, bem como o comércio varejista que não tem escala e poder de negociação nos mercados tradicionais para obter condições adequadas para a aquisição de insumos e venda de seus produtos. produtos (preços, formas de pagamento, requisitos, etc.).

Na outra ponta da cadeia, também são afetados os consumidores dos setores médio e popular, prejudicados pelas grandes redes varejistas que especulam sobre a qualidade e o preço dos alimentos, oferecendo uma variedade limitada de produtos a preços relativamente elevados e de baixa qualidade nutricional (ultraprocessados, saturados em sódio, gorduras e açúcares), consolidando hábitos alimentares que condicionam a saúde pública.

Na ausência de instrumentos públicos que regulem a relação produtiva, técnica e comercial entre agricultores familiares, empresas alimentares, empresas de comercialização e consumidores, os mecanismos de mercado predominantes tendem a gerar processos de exclusão dos elos mais fracos. Surge, portanto, a necessidade de construir outro tipo de relações comerciais e económicas, onde o consumo seja definido como um “encontro” - mesmo mediado por políticas estatais concebidas e implementadas a nível nacional e subnacional - entre sectores sociais que podem satisfazer as suas necessidades mediante a economia popular, onde o ato de comer não está sujeito às regras do lucro e à mercantilização da comensalidade.

Abaixo listamos algumas particularidades da comercialização solidária. Em primeiro lugar, a diferença entre estes e os dispositivos comerciais convencionais é que transcendem o desejo de lucro. Por um lado, os comerciantes solidários centram as suas ações na melhoria do rendimento dos produtores por meio de mecanismos de intermediação. Por outro lado, promovem o consumo responsável por parte de pessoas que valorizam este tipo de troca comercial. Além disso, a interação entre produtores e consumidores gera e fortalece diferentes formas de relacionamento. Em todos os casos, podem ser identificados esforços significativos para estabelecer um “preço justo”, considerando a construção coletiva e a solidariedade entre os subsistemas de produção, comercialização e consumo.

Em segundo lugar, o Congresso das Federações de Cooperativas Alimentares - realizado em Ezeiza em julho de 2015, em coordenação com o Estado Nacional - permitiu cristalizar experiências e trajetórias, bem como projetar a implantação de espaços comerciais massivos que considerem os agricultores familiares, pequenos e médias fábricas de alimentos e consumidores dos setores populares. Dada a notável concentração económica da comercialização no varejo, as organizações do setor associativo respondem aos objetivos de desenvolvimento de uma “Outra Economia”, onde se questionam o lucro, a exploração social, a concentração económica e a ausência de espírito de solidariedade. Este aspecto é central na construção de uma identidade no sector associativo. Os formatos de comercialização solidária são importantes na construção de mercados alternativos, como as feiras dos agricultores, os sistemas de distribuição e venda de cabazes e sacos por meio de nós, os mercados institucionais, os sistemas participativos de garantia (SPG), a concepção e implementação de marcas coletivas, os mercados virtuais ou lojas, bem como a comercialização através de redes

sociais, mercados camponeses, cestas de consumo, bolsas soberanas, compras públicas, cooperativas de consumo, compras no atacado com distribuição em grupos autogeridos, mercados internacionais de comércio justo, entre outros. São formatos que revelam uma criatividade significativa e podem até ser utilizados pelo mesmo comerciante solidário.

Neste cenário, um grupo de militantes sediados na Capital Federal começa a se organizar para resolver essa demanda, pelo fato de que a partir da centralidade de Buenos Aires em termos de mercado, poderiam planejar uma logística baseada em uma economia de escala. Refira-se que, nesse grupo, apenas um membro tinha experiência anterior em matéria comercial. A iniciativa começou a funcionar efetivamente em 2015 como uma rede, a partir da locação de um pequeno espaço e com poucas funcionalidades para ampliar sua superfície, o que conspirou para conseguir concentração e gerenciamento de volume. Inicialmente, esta iniciativa não garantiu um rendimento mensal ao grupo, o que significou um volume significativo de trabalho não remunerado e uma definição relacionada com a importância de desenvolver uma experiência comercial associativa. A tomada de decisões procurou estabelecer-se num quadro horizontal, que tem envolvido processos relativamente mais longos, embora também tenha procurado contribuir para a sustentabilidade socioeconómica. Esta situação não tem sido isenta de tensões, pois a divergência de opiniões entre os associados ou a contratação de colaboradores são aspectos relevantes na dinâmica diária. No início de 2023, a Rede empregava 40 pessoas, entre associados e colaboradores. Entre as diferentes opiniões, tem-se discutido sobre como estabelecer a remuneração justa para o trabalho dos associados com base nas responsabilidades, capacidades e tempo despendido, buscando um horizonte de profissionalização da atividade em que estão envolvidos, e considerando a responsabilidade de pessoas junto com suas habilidades, além do planejamento mediante indicadores e metas plurianuais (Entrevista pessoal, 19/04/2023).

A iniciativa de construir uma rede envolveu tornar visíveis formas alternativas de produção e comercialização sob esquemas de solidariedade, aspectos que no início da década de 2010 não eram conhecidos além de segmentos específicos da sociedade. Apesar deste relativo desconhecimento, diversas cooperativas de produtores passaram a abastecer a rede e esta começou a posicionar-se num mercado relativamente em expansão, o dos feirantes solidários. A rede está juridicamente articulada entre duas cooperativas, uma de trabalho e outra pré-existente, de serviços (Cooperativa de Trabajo Alimentando e CECOPAF - Centro

de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar Cooperativa de Provisión de Servicios Limitada)

Em terceiro lugar, as empresas de comercialização solidária são normalmente implantadas em aliança com agentes de diversas estruturas estatais e de outros sectores (universidades, organizações sociais, cooperativas e suas federações, municípios e províncias, etc.), que são propostas como formas alternativas de oferta, intermediação/comercialização centradas na solidariedade.

Em geral, estas iniciativas tornam-se elos fundamentais para a articulação e opções de comercialização -especialmente nas grandes cidades- de pequenos produtores (localizados em diferentes partes da Argentina). Estas experiências procuram melhorar as condições de venda direta nos mercados locais, encurtar a distância comercial, social e cultural entre produtores e consumidores e dar prioridade à forma como os alimentos foram produzidos, bem como aos laços sociais que são construídos ao longo do processo, que compõem o circuito produtivo. Embora estas experiências tenham se difundido e ganhado maior relevância (e notoriedade pública), especialmente durante o isolamento social necessário devido à pandemia da COVID-19, elas requerem maior apoio para serem sustentadas. Neste sentido, a assistência técnica e social necessária como forma de apoio ultrapassa a questão do financiamento e envolve processos mais complexos, como o amadurecimento de uma cooperativa e o seu fortalecimento institucional, para promover a sustentabilidade socioeconómica que transcende o acesso ao crédito. e intervenções específicas, que normalmente não contribuem para o estabelecimento de novos parâmetros e aprendizagens que possam ser sustentados ao longo do tempo - e replicados - pelo sector associativo.

A experiência da Rede de Alimentos Cooperativos começou em 2014 a partir da preocupação de um grupo de pessoas com o aumento dos preços dos alimentos após a desvalorização do peso argentino e o abuso da posição dominante das redes de supermercados, que especulavam com a escassez e com as dificuldades do setor público em regular os preços para manter ou aumentar as suas margens de lucro.

Em maio de 2022, era composta por 178 cooperativas fornecedoras e 15 pequenos produtores individuais, representando 17 províncias e comercializando cerca de 1.200 alimentos diferentes através da Rede. O elo comercial está estruturado em 26 pontos de venda em 9 províncias (incluindo a Cidade Autônoma de Buenos Aires), distribuídos em 11 lojas de

varejo, 4 lojas em sedes cooperativas, 2 sistemas de comércio eletrônico, 8 nós consumidores de produção e consumo e 1 nó social - o mercado. Até novembro de 2022 estava prevista a abertura de 7 novos pontos de venda, definição que incluiria 4 províncias adicionais à Rede.

O principal problema da Rede de Alimentos Cooperativos é a gestão comercial. Em conjunto com o CONICET, a Rede adotou uma dupla estratégia: a) fortalecimento institucional baseado na concepção e difusão de tecnologias de produção e gestão adaptadas ao setor associativo, considerando a automatização de processos, contabilidade, comércio digital, aquisições, logística e pontos de venda e b) apoio técnico às cooperativas da Rede visando o aprimoramento de seus sistemas de produção por meio da elaboração de tutoriais e do desenvolvimento de audiovisuais, visando a replicabilidade da experiência.

A gestão integral da Rede de Alimentos Cooperativos é realizada por meio de um *software* de código aberto denominado Odoo. É um sistema especializado que permite a unificação e organização de diversas atividades comerciais. Ou seja, é um sistema que permite a rastreabilidade de todos os processos e, portanto, o planejamento e otimização de recursos. Como aspecto particular, Odoo é um sistema modular, desenhado a partir de uma estrutura central à qual são acrescentados módulos de acordo com as necessidades de gestão. Até novembro de 2022, são utilizados principalmente os módulos de compras, vendas, contabilidade, site, ponto de venda e estoque. Por meio desses módulos, a Rede sistematizou as receitas e despesas de produtos, compras, vendas e despesas. Além disso, com o módulo *website* foi possível desenvolver uma loja virtual que permite aos consumidores dispor de uma ferramenta comercial virtual mediante a qual podem realizar os seus pedidos. Este processo de sistematização tem sido o corolário da aprendizagem e apropriação de ferramentas tecnológicas, em que os cálculos artesanais (analógicos, Excel) dão lugar a uma organização dinâmica. Um ano depois (outubro de 2023), foram desenvolvidas novas adições aos módulos do sistema Odoo, que visam aprimorar a gestão comercial e fundamentalmente a experiência de compra dos consumidores, especialmente agilizando a seleção de estoque de produtos. Contudo, para alcançar a profissionalização na utilização desta e de outras ferramentas informáticas, as exigências da Rede de Alimentos Cooperativos junto do sector científico centram-se em:

i) Automação. Trata-se de adquirir conhecimentos para começar a sistematizar e automatizar processos, bem como adicionar novos módulos de software que permitam integrar, por exemplo, a questão logística no sistema (rastreamento de recepções e expedições);

ii) Contabilidade. Embora Odoo também seja um software de contabilidade, a Rede busca adiantar o correto registro de cada uma das operações em suas respectivas contas para atingir o equilíbrio em tempo real. Isto exige uma maior aprendizagem na área administrativa da gestão associativa para poder enquadrar cada conta em contas de ativos, passivos, resultados, capitais próprios, etc.

iii) Comércio Digital. Desde a pandemia de covid-19, a rede tem desenvolvido intensamente as vendas online através da oferta de carrinho de compras no site. A loja e o carrinho integram o Odoo e permitem vincular as operações. Ou seja, os pedidos estão vinculados ao estoque, ao faturamento, aos dados do cliente e aos mecanismos de entrega. No entanto, atingiu-se um limite com a autoaprendizagem e é essencial melhorar o design estético e funcional do site para melhorar a experiência do consumidor.

iv) Aquisições. Apesar de ter uma área de compras com pessoas experientes e de registrar operações no Odoo, a Rede de Alimentos Cooperativos está em condições de potencializar as capacidades do sistema. A rigor, a ligação entre o que se vende, o que precisa ser comprado e a sistematização desse processo são essenciais. O carregamento de *stocks* mínimos e máximos, o desenvolvimento de um sistema de alarme baseado em *stocks* críticos, a automatização de encomendas, entre outros dispositivos, são coberturas pendentes que requerem formação e melhoria do sistema. Nesse sentido, no momento da apresentação da apresentação, estão sendo desenvolvidas estratégias com o sistema modular para otimizar o uso do transporte (que vai até o destino e ao retornar com carga implica automatizar um sistema de informações geográficas com o real e potenciais *stocks* de vários produtos, considerando atrasos nas entregas e picos sazonais de demanda).

v) Logística. Odoo não é usado atualmente para planejamento logístico. Diariamente são recolhidos produtos por encomenda e, por outro lado, são efetuadas entregas a clientes e outras organizações membros da Rede de Alimentos Cooperativos. No Odoo são registradas apenas as despesas, tanto próprias quanto as geradas na terceirização da operação. Aqui

aparece um ponto fraco que impede a ampliação da experiência, pois o roteiro de viagem de cada dia (rastreamento) é feito manualmente. Além disso, o monitoramento de viagens em tempo real ainda não está disponível. Portanto, é necessário incorporar e treinar módulos de gestão que permitam um melhor planejamento das rotas de viagem, bem como monitorar tanto as informações internas quanto de quem deve receber nossas remessas. Este aspecto soma-se ao que consta na dimensão “aquisições” e é central para a redução de custos, questão que normalmente define a viabilidade da comercialização de um produto.

vi) Ponto de venda. As operações realizadas são registradas nos pontos de venda, o que permite um acompanhamento diário. No entanto, o sistema tem maior potencial para explorar. Em primeiro lugar, a possibilidade de captar mais dados do consumidor. Normalmente não é possível identificar o consumidor no sistema porque a operação é registrada para um consumidor anônimo, o que não nos permite segmentar nossos consumidores, trabalhar com microdados e oferecer-lhes um melhor serviço. Em segundo lugar, as encomendas de produtos de reposição continuam a ser feitas de forma artesanal, observando-se poucos progressos na sistematização do processo de venda e na reposição do que foi vendido. Esse aspecto conspira contra a fidelização do cliente.

3. FEIRA DA ROÇA, AGROECOLOGIA E CULTURA DE VARGEM GRANDE E ARMAZEN DO CAMPO: A RESISTÊNCIA FINCADA NA TERRA

Parecia final de Copa do Mundo... Praia de Copacabana lotada de cariocas: “A orla foi tomada de pessoas vestidas de roupas com as cores verde e amarelo, rostos pintados e bandeirinhas. De acordo com a PM, 30 mil pessoas (ou 50 mil, segundo os organizadores) estavam no local (...)” Poderia ser um relato de alguma “manifestação política” (pelas cores das camisas, provavelmente contra o governo da presidenta Dilma Rousseff), mas essa crônica midiática se tratava do dia dois de outubro de 2009: o dia no qual o Rio de Janeiro foi escolhido “cidade sede” para os Jogos Olímpicos de 2016.

O projeto de Cidade Olímpica para 2016 foi o ápice da espetacularização e mercantilização do Rio de Janeiro, que já tinha outros grandes projetos urbanos esportivos no “currículo”, entre eles os Jogos Panamericanos 2007, Copa das Confederações e Copa do

Mundo de 2014 no Brasil. Ninguém poderia cogitar, embalado por esse otimismo e euforia, o que viria pela frente. Nem os mais céticos e críticos imaginariam o cenário caótico e conturbado no qual estava sendo desenhado o projeto de “Cidade Olímpica”.

Os atos de resistência orquestrados, planejados, e seus recorrentes modos de agir, numa combinação de discurso e ação espacial, passaram a ser nomeados por nós de “gramática territorial da insurgência” (cf. GUTERMAN, 2017). Esta gramática é proposta pelos atores em suas relações, desafia hierarquias no espaço, subverte ordens e significados que fazem parte dos códigos estabelecidos, toma espaços e propõe reocupá-los com conteúdos novos, reinventá-los.

“A Olimpíada traz mais do que só Olimpíada”, dizia uma enorme faixa colocada pela Prefeitura em um dos equipamentos do Parque Olímpico. Na calçada, em frente, podíamos ver grudado no poste um adesivo da campanha Viva a Vila Autódromo, marcando a luta de uma comunidade que sofria com o fantasma da remoção.

A intenção clara da Prefeitura, com essa frase, era mostrar que a cidade “ganhava” com os Jogos, que o tal “legado” seria uma série de conquistas permanentes para todos os cidadãos cariocas. Mas na prática a teoria foi outra, e a população subalterna se viu fora desse projeto de cidade.

A Olimpíada trouxe muito mais que o discurso marqueteiro do “legado”, o megaevento também possibilitou que outros atores se incorporassem na cena pública, ressignificando espaços e territorializando conflitos. “Mais do que só Olimpíada” significou, para o poder público, o discurso sobre o legado, valorizando a mobilidade e a chamada expansão dos transportes. Para a população de baixa renda, contudo, significou exclusão; remoção e aumento da desigualdade sócio territorial; e para os coletivos e movimentos sociais se transformou numa possibilidade de tornar visíveis as lutas por direitos na cidade.

“A recuperação da cidade como espaço político” (ACSELRAD, 2013, p.246) foi a maior conquista “olímpica” para os cariocas. A análise pós 2016 mostra que diversos atores ainda disputam o projeto de cidade em curso, e a luta pela terra não poderia ficar de fora. A terra para além de uma propriedade privada e fonte de especulação imobiliária, é símbolo de permanência e subsistência. A própria comunidade da Vila Autódromo, símbolo da resistência ao projeto Rio 2016, no auge de sua batalha pela permanência, organizou uma horta comunitária. Um projeto que atraiu muitos olhares e ajudou a dar visibilidade para a luta da

comunidade, mostrando que daquela terra nasciam frutos, ou seja, a vida brotava e não só de ruínas era feito o cotidiano dos “sobreviventes”.

E é por esse prisma, da chamada soberania alimentar, que outras gramáticas territoriais insurgentes se desenham na cidade do Rio de Janeiro. Estratégias que visam estreitar as relações de campo e cidade e trazer à luz as esferas da agroecologia, das políticas de acesso à terra e da alimentação como um ato político em si. Reconhecer a cadeia de produtividade do que colocamos na mesa torna ainda mais visceral a luta daqueles que desejam permanecer em suas terras e casas, e fortalece a interseccionalidade e entrelaçamento de atores contra hegemônicos. A resistência fincada na terra.

A presença de feiras com caráter rural se intensifica em pontos específicos da cidade. Já em março de 2016, mesmo antes da realização dos Jogos Olímpicos, temos a primeira feira da Roça no Largo de Vargem Grande, o caso que será abordado a seguir. Vargem Grande é um bairro localizado na Zona Oeste da cidade, uma área marcada por muitas disputas de terras, pouco investimento em infraestrutura para quem reside e para onde foram realocadas inúmeras pessoas removidas forçadamente no decorrer do projeto de Cidade Olímpica. Uma arena de disputas e também de possibilidades para agroecologia.

Já em 2018, em um contexto político nacional bastante conturbado, é inaugurado o Armazém do Campo, uma loja do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no coração da Lapa, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Um lugar historicamente marcado por lutas e resistência. O Armazém do Campo vem se destacando no mercado por vender produtos da Reforma Agrária Popular nas cidades, com a disponibilidade de alimentos orgânicos, agroecológicos e da Agricultura Familiar Camponesa, vendidos a um preço justo.

“O Rio de Janeiro tem muito a cultura da realização de feiras orgânicas, que se materializa no Circuito de Feiras do Rio, e também é uma grande capital estratégica para o MST fazer relações políticas com sindicatos, outros movimentos, inclusive para ajudar a construir esse espaço e ligar campo e cidade. Tanto é que os Armazéns estão nos grandes centros para que possamos fazer o debate da Reforma Agrária e trazer esse mesmo debate para o campo. Ou seja, construir uma relação mais íntima entre campo e cidade, dialogando com a sociedade.”

“Outro fator importante, é que o Rio de Janeiro é um berço cultural e a indústria cultural acaba tomando conta desses espaços. O Armazém é criado na contramão desse movimento de industrialização da arte e transformação da nossa produção cultural em mercadoria. ” (Entrevista com Ângela Bernardino militante Sem Terra, atuava na coordenação política do Armazém do Campo no Rio de Janeiro em 2019)[1].

A estratégia de gramática territorial da resistência de uma loja do MST fincada no bairro da Lapa, no Centro da metrópole do Rio de Janeiro, traz muito mais que a oferta de “alimentos saudáveis” e protagonismo para os pequenos produtores e cooperativas... traz junto a arte, a cultura e a política. O Armazém do Campo vem se consolidando como esse espaço de resistência político cultural, sendo um importante espaço de debate e acolhimento durante o desgastante e traumático processo eleitoral de 2018. Além de ocupar um papel importante na conscientização sobre a reforma agrária popular e trazer o diálogo para iluminar as inverdades sobre o movimento, mostra que o MST não só ocupa a terra, mas também produz nessa terra da maneira mais saudável possível, e comercializa seus produtos do modo mais justo e distributivo.

Pontos, fios e tramas

Esta seção busca trazer uma breve aproximação a algumas experiências de economia social baseadas em agroecologia na cidade do Rio de Janeiro, particularmente nas Vargens, Zona Oeste. Percebe-se que tais experiências podem ser vistas enquanto geradoras de novas territorialidades, engendradas nas tensões que são, ao mesmo tempo, políticas, econômicas e culturais, na cena urbana contemporânea. A teia conceitual que sustenta a aproximação aos casos empíricos possibilita também identificar neles desenhos de territorialidades utópicas, gramáticas insurgentes (GUTERMAN, 2017) e trânsitos entre mundos sociais: pontos, fios e tramas de relações, rural/urbano, centro/periferia, formal/informal, movimento social/política pública, manejo contemporâneo da terra urbana/território ancestral, “espaços inventados” e “espaços convidados” (cf. MIRAFTAB, 2016, 2024).

Das narrativas das pessoas envolvidas nas experiências depreende-se que todas e todos somos responsáveis pelos mundos urbanos que co-criamos, no contexto de uma dinâmica de

emergência climática, ambiental, urbana e societária que atinge, especialmente, os mais vulneráveis. Necessário contextualizar que, no Rio de Janeiro, vive-se também as contingências e os contingenciamentos, numa cidade metropolitana atravessada por conflitos, controle territorial liderado por milícias e coalizões de poder que configuram urbanizações world class, territórios exclusivos, usos seletivos e apartações socioambientais de diversos tipos. Des-liberalizar e re-futurizar a cidade, a terra urbana e a economia popular surgem como ideias em movimento (SÁNCHEZ et al, 2023), fricções políticas, possibilidades de resistir ao agronegócio globalizado, à urbanização capitalista predatória e desigual, a partir de experiências populares de base local, enfatizando seu caráter “alternativo” às relaciones capitalistas de produção (cf. SEÑORANS, 2017).

Aproximar-se de experiências daquelas e daqueles que territorializam a vida no dia a dia permite identificar sujeitos e ações, seus pontos, diversos fios e tramas que desenham relações territoriais e possibilidades de subsistência a partir de práticas coletivas, sobretudo de grupos de mulheres, no cultivo e comercialização de produtos nas feiras agroecológicas. Perceber as relações que as experiências evocam, pensar e trabalhar no tecido desses fios é “mobilizar-nos por novas formas de habitar a Terra” (MOURA; BAPTISTA, 2016; WALSH, 2013).

Vislumbrar os contornos e as potências das práticas agroecológicas e de sua comercialização é também vê-las como propostas de alargamento da democracia comunitária, além de trazerem boas perspectivas para aprofundarmos novos diálogos de saberes, vivências dos “espaços comuns”, ou traduções disponíveis para re-imaginar a terra urbana, o agronegócio de base popular assim como as territorialidades diversas na cidade (SÁNCHEZ et al, 2023).

Como aponta Señorans (2017) “En el marco del capitalismo contemporáneo la exclusión constituye una condición natural para su funcionamiento motivo por el cual no todos los trabajadores podrán ser incorporados al mercado formal del empleo.” O caso em tela, das feiras de agroecologia na região das Vargens RJ pode ser classificado como o de uma organização e um movimento assentados na economia social. Novamente em diálogo com Señorans (2017, p.4) “(...) con esta denominación se hace alusión a todas aquellas actividades de producción de bienes y servicios que se desarrollan por fuera de relaciones de dependencia respecto de un patrón, con escaso capital y en algunos casos en la vía pública.”

Mulheres e agroecologia na Zona Oeste: a feira e a trama de relações

A experiência da Feira da Roça, Agroecologia e Cultura acontece aos domingos “aos pés da aroeira, na pracinha do Largo de Vargem Grande”. Liderada por agricultoras e moradoras da região, há cerca de dez anos, trata-se de uma iniciativa da Teia de Solidariedade da Zona Oeste, articulação política gerida e gestada por mulheres, com protagonismo de mulheres negras, que congrega coletivas, coletivos e instituições que atuam nesta região da Cidade do Rio de Janeiro. Segundo as suas promotoras, são trinta articuladoras da Feira, atuantes em nove territórios da Zona Oeste, que têm o bem viver como princípio de atuação política e a agroecologia como prática de cultivo da terra.

“Podemos sintetizar nosso objetivo como soberania alimentar! Há, no entanto, muita luta dentro desse projeto político e estamos pensando nos pequenos passos que construirão a soberania popular e o bem viver dos povos. Quando decidimos o que vamos colocar em nossa mesa, decidimos que mundo queremos!” (MOURA; BAPTISTA, 2016).

A forte vinculação com as práticas ancestrais territorializadas - quilombolas e indígenas - é evocada por uma de suas ativistas, ao narrar as ações entrelaçadas que tiveram lugar na Feira da Roça do dia 2 de junho de 2024:

“Mulheres do território das Vargens se uniram às mulheres indígenas do Matriarcado Ancestral, da Aldeia Marak'anã, sob a regência da pajé Rita de Tupinambá. Se o Brasil é terra indígena, a cidade do Rio de Janeiro é terra tupinambá. Sob esse solo ecoa um grito ancestral, em muito silenciado e invisibilizado, mas que nós, mulheres, nos somamos às e aos que querem trazê-lo à tona. Afinal, o futuro é ancestral!”

Ao fazer a aproximação à trama que envolve a Feira da Roça interessa dar relevância teórica ao “transcurso” das práticas e processos coletivos envolvidos, quer dizer, “ao “enquanto isso” de um fazer “juntos/as” no qual o conteúdo ou o objeto mesmo da política se constrói no dia a dia” (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ 2015: 20, tradução nossa).

Observa-se também as corpografias e musicalidade das mulheres que lutam, nas Vargens, e ocupam o espaço público com seus repiques, atabaques e pandeiros que chamam a

atenção e convidam para as atividades da Feira e da “Teia solidária”. Com esse recurso, segundo as ativistas, “é possível dar a impressão de que somos muitas mais” e, em certas ocasiões conflituais, subir o tom e ocupar outros espaços, fora do bairro, mais centrais e institucionais para encaminhar demandas e acionar os “espaços convidados” da luta (MIRAFTAB, 2016), aqueles espaços institucionais onde são registradas as reivindicações. Trata-se da cuidadosa técnica de produzir sensibilidades “na rua” que toda militante dessa trama (e de outras tramas) conhece bem (cf. SEÑORANS, 2017).

As ativistas das práticas que envolvem a feira e os coletivos das Vargens chamam a atenção para a formação dos sujeitos coletivos nos processos de lutas agroecológicas. Com Señorans compreendemos os sentidos das ações para puxar os fios da trama em torno à Feira da Roça: “ (...) o la manera en que las acciones creativas adquieren sentido para los propios actores al ser incorporados a totalidades o arenas imaginarias más amplias dentro de las cuales el valor de dichas acciones se realiza en formas materiales y simbólicas socialmente reconocidas” (SEÑORANS, 2017, p.7).

A trama em torno das práticas de agroecologia e a Feira da Roça, com a comercialização dos produtos orgânicos e agroecológicos, envolve coletivos e redes de ação como: Teia Cultural (@teiacultural), Rede Carioca de Agricultura Urbana (@redecariocadeagriculturaurbana), Rede Favela Sustentável e Cozinha Carioca (@favelasustentavel), Rede de Agroecologia da UFF (@rede.agroecologiauff), Coletivo Cultural Rio da Prata (@coletivoculturalriodaprata), Encontros Raízes Ancestrais (@encontrosraizesancestrais), O Canto Negro do Bem Viver (@OCantoNegroDoBemViver), Coletiva Bosque das Caboclas (@ColetivaCaboclas), Teia de Solidariedade da Zona Oeste (@TeiaDeSolidariedadeDaZonaOeste). Destacam-se, também as instâncias que revelam os trânsitos institucionais das ativistas da Feira da Roça: a conquista de assento no Conselho Popular Rural do Rio de Janeiro bem como as negociações junto à área de planejamento Zona Oeste RJ e, especialmente, a participação ativa no Plano Popular das Vargens (com assessoria do laboratório ETTERN IPPUR UFRJ), assim como o diálogo permanente com a ONG Políticas Alternativas para o Cone Sul (@ PACS).

Entrelaçamentos dos espaços inventados e dos espaços convidados: o Plano Popular das Vargens

“Articulação Plano Popular das Vargens. Vitória! Não é todo dia que se instala um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural numa metrópole como o Rio de Janeiro. Através do Decreto 45100 de 25/9/2-18 contamos com a Articulação PPV como uma das integrantes do assento destinado à sociedade civil. A juventude agroecológica também está presente. Vamos cobrar! Existe agricultura, existe rural, e a cada dia avançamos um degrau no reconhecimento e fortalecimento da luta.”

Acerca da relação entre a sociedade civil e o Estado, o trecho acima expressa o imbricamento da luta social, a agroecologia como prática popular e a conquista de espaços políticos institucionais, como o assento da representação do PPV no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

As articuladoras da Feira da Roça fazem também referência a programas públicos de âmbito municipal ou federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos. O chamamento para uma Aula Pública na Feira põe ênfase no referido Programa do Governo Federal como “uma possibilidade para agricultores quilombolas de Vargens”. Descubra como essa iniciativa está fazendo a diferença em outros territórios de nossa cidade. ”

“Aproveite a Feira da Roça, Agroecologia e Cultura e, logo após, saboreie uma deliciosa Sopa Solidária ao som de muito samba com os grupos Samba da Pedra Branca e Samba com Sopa, no Largo de Vargem Grande, na Feira da Roça, Agroecologia e Cultura” (anúncio Feira da Roça, 2019)

Em publicações do ano “olímpico” de 2016, as ativistas da Feira da Roça se reportam ao contexto de emergência da iniciativa: “em tempos de megaeventos como Pan, Copa e Olimpíadas, o Rio de Janeiro vem se transformando e avançando rapidamente num processo de privatização. Depois da parceria público-privada do Porto Maravilha, a Prefeitura, associada aos interesses das empreiteiras, prepara um Plano de Estruturação Urbana (PLC 140/2015) para a região das Vargens. ” (MOURA; BAPTISTA, 2016). Essa região engloba os bairros de Vargem Grande e Pequena, Camorim e parte do Recreio, além de um pequeno trecho da Barra e de Jacarepaguá, representando cerca de 24% do município.

É notável a associação entre os sujeitos da luta, as práticas de agroecologia, a participação e protagonismo de mulheres e a busca por alternativas de emancipação e de conquista de direitos:

“ Estamos construindo uma articulação, protagonizada por mulheres, para elaborar um Plano Popular para a nossa região. A ideia é articular a resistência pensando não apenas na denúncia das violações que estão ocorrendo todos os dias, no avanço da especulação imobiliária, nos conflitos socioambientais, no racismo ambiental e na violência, mas avançar na construção de alternativas a essa realidade. Esse é um desafio colocado em várias lutas que travamos atualmente no Rio de Janeiro: sermos criativas em meio a tantas opressões, quando a luta se coloca extremamente desigual e desequilibrada. ” (MOURA; BAPTISTA, 2016).

Nesse contexto, é preciso reafirmar a história de resistência, retomar e celebrar a memória daqueles/as que pisaram esse chão antes daqueles que hoje o ocupam. A região das Vargens, na encosta do Parque Estadual da Pedra Branca, maior floresta urbana do mundo, é um território onde o povo negro encontrou refúgio para resistir à escravidão. O Cafundá Astrogilda está em Vargem Grande e é um dos quatro quilombos que existem dentro do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Além dele, também no Parque, localiza-se a comunidade quilombola Camorim. Na contramão de alguns discursos que se apropriam da ideia de preservação ambiental, são os moradores e produtores da região que trabalham cotidianamente pela manutenção da floresta, das fontes de água, da fauna e dos bens comuns. (cf. MOURA; BAPTISTA, 2016).

Nos quintais nossos brotam férteis hortaliças, raízes, ervas medicinais, frutas, tudo sem veneno e a partir das nossas mãos. A colheita alimenta os nossos e também circula nas feiras urbanas que acontecem em Campo Grande, Vargem Grande, Freguesia, dentre outros bairros da cidade. A partir dos nossos quintais, fertiliza-se a ideia de que a cidade também produz alimento.

É em defesa desse chão onde nascemos e crescemos, no qual as pegadas dos que vieram antes de nós nos guiam, que organizamos a construção de um Plano Popular para a região das Vargens. Temos feito encontros e reuniões coletivas e autogestionárias na ousadia de tomar o futuro dessa região nas nossas mãos. Em defesa do direito à moradia, à agrobiodiversidade, à democracia participativa e à cidade. Fica o convite para que todas e todos se juntem a esse movimento de afirmação e anúncio de que o Rio de Janeiro é de todas e todos que aqui vivem e não de alguns poucos que querem transformar a cidade em mercadoria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso da Red de Alimentos Cooperativos, observa-se uma tentativa de profissionalização da atividade comercial por meio do desenvolvimento da loja virtual. Nas experiências do Rio identifica-se a organização de vínculos horizontais, que buscam expor um outro modo de relação com a cidade, uma forma alternativa de aproximar a alimentação saudável e levando em consideração que é possível outro planejamento do território, onde o centro é também locus de resolução de demandas populares mais do que a turistificação e o negócio imobiliário.

A gramática territorial envolve um conjunto de ações operadas por atores que no processo modificam sua própria condição. São ações subordinadas a normas (bromatológicas, comerciais, tributárias etc.) e estruturadas a partir de princípios, que podem ou não coincidir com os hegemônicos. Nesse sentido, a produção de alimentos em cadeias de valor agroecológicas, que supõem uma democratização do acesso a alimentos saudáveis e a preços justos, pode ser observada tanto como uma estratégia de grupos subalternos para obter uma parcela do mercado, assim como uma resposta ao modelo agroalimentar hegemônico que produz alimentos diferenciados de acordo com os segmentos sociais.

Os agentes do poder impõem a sua gramática territorial no espaço com seu aparato bélico e ostensivo, ocupam para mostrar hierarquias, autoridade e controle do espaço (GUTERMAN, 2017, p. 157). Experiências como as aqui apresentadas demonstram que as demandas sociais por alimentos saudáveis podem ser resolvidas por meio da organização popular. São estratégias que constroem gramáticas territoriais próprias, historicamente situadas, herdeiras de iniciativas anteriores, de formas solidárias de reprodução da vida.

5. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas cidades. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.234-247, jan./jun, 2013.

APP Vargens. **Articulação do Plano Popular das Vargens**. Rio de Janeiro, APP Vargens, 2017.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M.I. (ED): **Hacer juntos. Contornos, relieves y dinámicas de las prácticas políticas colectivas en sectores subalternos** – Biblos - Buenos Aires, 2015.

GUTERMAN, B. **A “Cidade Maravilhosa” é a que luta: Disputas discursivas e territoriais na Cidade Olímpica** / Bruna da Cunha Guterman; Fernanda Sánchez, orientadora. Niterói, 2017. 320 f. : 11.

HAESBAERT, R. **I-mobilidades globais e dispositivos de contenção territorial na metrópole**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (online), Recife, v.18, n.3, p.363-377, set.-dez. 2016.

MIRAFTAB, F. **Constructing solidarities for a humane urbanism**. Illinois, Chicago. <https://iopn.library.illinois.edu/scalar/constructing-solidarities-for-a-humane-urbanism/index>. Sítio visitado em 1 de julho de 2024.

MOURA, I.; BAPTISTA, S. Por um Plano Popular das Vargens. **Instituto PACS** (Políticas alternativas para o Cone Sul), setembro, 1, 2016.

MST **“O Armazém do Campo é um espaço de resistência no centro do Rio de Janeiro”**
Fonte: “O Armazém do Campo é um espaço de resistência no centro do Rio de Janeiro” - MST (acesso dia 26/06/24)

PORTO-GONÇALVES, C.W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói: **Revista PósGeo** UFF, 2020.

SÁNCHEZ, F.; YANG, L.P.; GUALBERTO, L.H. Hortas urbanas na produção dos “espaços comuns”: o desenho do território no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **Lugar Comum**, 2023.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Rio de Janeiro, Hucitec, 1999.

SEÑORANS, D. “Con el corazón, con la mente y con las manos: emociones y valores en las prácticas políticas colectivas de militantes y trabajadores de la economía popular. ” **Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural**, N 76, Papeles de Trabajo N° 34, Diciembre, 2017

WALSH, C. (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.